

A cobertura do Estado de Minas no Caso Aline: sensacionalismo e patriarcado nas páginas do jornal mineiro¹

Evelin Luciano RAMOS²

Francielle Neves de SOUZA³

Karina GOMES BARBOSA⁴

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

Resumo

O presente artigo busca examinar a cobertura do jornal Estado de Minas no assassinato da estudante Aline Silveira Soares ocorrido durante a tradicional festa do Doze, em Ouro Preto (MG). Para isso, foram analisadas notícias e grandes reportagens veiculadas entre 2001 e 2006 pelo periódico mineiro. Neste trabalho discute-se, com aporte da análise do discurso e a partir de estudos de gênero, como o jornal se ancorou no discurso sensacionalista e na narrativa de *fait divers* para representar e caracterizar o crime, assim como os atores envolvidos nele.

Palavras-chave: Sensacionalismo; Estado de Minas, Caso Aline; Cobertura; Patriarcado

1. Apresentação

Este artigo busca analisar a cobertura jornalística realizada pelo jornal *Estado de Minas*⁵ (EM) do assassinato da jovem Aline Silveira Soares em Ouro Preto, cidade histórica e turística de Minas Gerais, a partir da chave do sensacionalismo (ou do jornalismo sensacionalista), em articulação com a aplicação do conceito de *fait divers*. Essas categorias discursivas do jornalismo nos parecem úteis e relevantes para a análise proposta pois, diante de um primeiro contato e visionamento com o objeto, a cobertura realizada pelo jornal mineiro sugere marcas de enunciação desse tipo de texto, conforme tentamos demonstrar adiante.

¹ Trabalho apresentado no IJ01 - Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Graduada do 8º período de Jornalismo da UFOP, email: evelinramos@gmail.com

³ Graduada do 8º período de Jornalismo da UFOP, email: francielledesouza@outlook.com

⁴ Professora do curso de Jornalismo e do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Temporalidades da UFOP, email: karina.barbosa@gmail.com

⁵ Fundado em 1928 e vinculado desde 1929 aos Diários Associados, conglomerado de mídia criado por Assis Chateaubriand, o Estado de Minas é a principal referência no ramo jornalístico do cenário estadual. Dentre as premiações do veículo, figuram mais de 30 prêmios Esso, principal honraria do jornalismo brasileiro. Como seu slogan postula, é considerado "o jornal dos mineiros".

Em um segundo movimento, tentamos demonstrar que o sensacionalismo materializado pela cobertura feita pelo *EM* do acontecimento produz efeitos de sentido machistas e misóginos, aproximando o caso Aline a uma caça às bruxas. Silvia Federici associa a caça às bruxas ao desenvolvimento do capitalismo, do qual a perseguição às mulheres foi um instrumento decisivo.

A caça às bruxas constituiu um dos acontecimento mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno (...) A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista. (FEDERICI, 2017, p. 294)

Ocorrida séculos atrás (com ápice entre 1580 e 1630), a caça às bruxas ainda é fundamental "para compreender a misoginia que ainda caracteriza a prática institucional e as relações entre homens e mulheres" (FEDERICI, 2017, p. 292). Essa chave de leitura nos parece relevante justamente devido à sua atualidade, já que vem sendo constantemente acionada pela mídia - seja no cinema, na televisão, na imprensa - de forma explícita ou de maneira alusiva, como no caso em análise. O caráter "midiático" da caça às bruxas não se materializa apenas em sua face atual. Federici aponta que esta foi "a primeira perseguição, na Europa, que usou propaganda multimídia com o objetivo de gerar uma psicose em massa entre a população" (p. 299). Ela cita panfletos, materiais de imprensa, pinturas, ensaios, livros, leis como instrumentos criados pelos homens para fornecer a base discursiva e simbólica da perseguição. Na maioria desses acionamentos, o que fica visível é que a eficácia da perseguição às mulheres permanece no patriarcado contemporâneo.

Para a análise discursiva aqui proposta, o recorte se desenhou a partir da pasta "Crimes, justiça e polícia", disponível e catalogada na Biblioteca Pública Municipal de Ouro Preto. Foram analisadas todas as notícias referentes ao Caso Aline, excluindo-se apenas as notas, por entender que elas não agregavam valor jornalístico para além do que as notícias e grandes reportagens já traziam, e que não dispunham de signos suficientes para o diagnóstico. O material abarca outubro de 2001 a julho de 2006.

Ao todo, cerca de 50 notícias foram examinadas. O *EM* se propôs uma cobertura contínua do caso e, por isso, ofereceu uma quantidade expressiva de reportagens para o estudo, o que explica nossa escolha pelo veículo. A metodologia se deu por meio de uma análise qualitativa, levando em conta os seguintes critérios: a construção de uma estrutura

narrativa baseada em *fait divers*, a elaboração do perfil dos acusados e a tentativa de reconstruir um suposto perfil da vítima nas páginas do jornal mineiro.

2. O caso Aline

Na manhã de 14 de outubro de 2001, em Ouro Preto, o corpo de uma mulher foi encontrado despido e em posição de cruz, com braços abertos e pés unidos, no cemitério da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia. À primeira vista, 15 perfurações e um corte profundo no pescoço teriam sido desferidos na vítima. As informações preliminares davam conta ainda de que, além dos golpes de faca, o corpo tinha estranhos desenhos pintados com o próprio sangue da vítima.

No fim de semana do assassinato, acontecia na cidade a tradicional Festa do Doze, em comemoração ao aniversário da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, que abriga cursos conceituados de engenharia e arquitetura no Brasil. O Doze, como ficou conhecido, é celebrado nas repúblicas federais - moradias estudantis cedidas pelo governo federal, de caráter autogestor - e é financiado com a ajuda dos ex-moradores das casas, que também são homenageados na data. A festividade reúne um grande público (na maioria, jovens), a exemplo de 2001, quando atraiu cerca de 30 mil pessoas, segundo o jornal *O Liberal*⁶.

Para participar do Doze, a estudante Aline Silveira Soares, de 18 anos, acompanhada da prima Camila Dolabella Silveira (19) e da amiga Liliane Pereira Almeida (17), chegou a Ouro Preto no dia 11 de outubro. A convite do morador Edson Poloni Lobo de Aguiar, as amigas se hospedaram na República Sonata. Iniciadas as festividades, Camila, Aline e Liliane participaram de uma festa na república Necrotério na noite de sábado. Entretanto, apenas Camila e Liliane voltaram à Sonata na madrugada de domingo.

Pela manhã, espalhou-se a notícia de que um corpo havia sido encontrado pelo zelador do cemitério da igreja. Suspeitou-se, então, que a vítima era Aline, o que posteriormente foi confirmado. O caso ganhou rapidamente repercussão local e logo os delegados Adauto Correa e Francisco Rodrigues deram início às investigações.

A primeira suspeita seria o envolvimento de Aline com o tráfico de drogas, já que na noite do assassinato, o dono de um bar teria visto a vítima discutindo com um homem alto,

⁶ Resultado da “Festa do Doze”: uma morte. *O Liberal*, Ouro Preto, out. 2001. Seção Justiça & Polícia.

calvo, que usa rabo-de-cavalo, brincos e tinha voz e gestos afeminados, como noticiou o EM. O teor da discussão seria uma ameaça à estudante por causa de uma dívida de drogas. Essa hipótese, porém, logo foi minimizada, a partir da descoberta de novas pistas.

Poucos dias após o assassinato, os primeiros passos da investigação conduziram à suspeita de que um jogo de representação fantasiosa - o RPG (Role Playing Game)⁷ - poderia ter ligação com o crime, como indica a manchete “Jogo pode estar por trás de morte”, veiculada pelo jornal Estado de Minas em 18 de outubro de 2001. O que endossou essa teoria foi o resultado de buscas realizadas na república Sonata, em que, segundo os policiais, foram encontrados livros de RPG, além de revistas sobre satanismo.

A partir daí, a ligação entre o crime e o jogo se tornou a principal linha de investigação, o que condicionou também a lista de suspeitos. Os três moradores da república Sonata Edson Poloni Lobo de Aguiar, Cassiano Inácio Garcia e Maicon Fernandes Lopes, além da prima Camila e da amiga Liliane, foram considerados os principais suspeitos. Em dezembro de 2001, o delegado Aduino Correa concluiu o inquérito e encaminhou os autos à Justiça, indiciando e pedindo a prisão preventiva dos acusados. O Ministério Público devolveu o inquérito, pedindo novas diligências, mas o pedido de prisão preventiva foi acatado.

Em 2 de fevereiro de 2002, Camila, Maicon e Cassiano foram presos. Edson e Liliane não foram localizados. Em decorrência da prisão, estudantes de Música, Artes Cênicas e Direção Teatral fizeram um protesto na praça Tiradentes, defendendo a inocência dos moradores da Sonata. Dias depois, os três acusados foram libertados por *habeas corpus*. Ao Ministério Público, em 17 de maio, são reencaminhados os autos do inquérito.

Em abril de 2003, o delegado Aduino Correa, após tensões com promotor Edvaldo Pereira Junior, é substituído por Hamilton Cravo. O inquérito é movimentado pela última vez em 7 de maio, sendo reaberto somente em 2004 pela promotora Luiza Helena Tróculo, após

⁷ O jogo Role Playing Game (RPG) foi desenvolvido na década de 70, nos Estados Unidos. A modalidade normalmente é jogada em grupo e cada jogador representa um personagem envolvido em enredos dos mais variados - cavaleiros, feiticeiros, robôs, espíões, piratas, etc. No Brasil, o RPG ganhou popularidade nos anos 80, mas foi apenas em 1991 que o primeiro jogo nacional foi lançado, o Tagmar - de fantasia medieval. Apontado com um dos jogos favoritos no Brasil, no mesmo ano, foi lançado Vampiro: a Máscara, que pertence ao gênero thriller. O enredo é tecido em um mundo sombrio, com vampiros num cenário urbano. Em 2001, Vampiro: a Máscara foi diretamente associado ao assassinato de Aline Silveira Soares. De acordo com os autos, Aline foi punida com a morte, após perder uma partida de RPG. Em novembro de 2001, o procurador da República, Fernando de Almeida Martins, entrou com ação para que os jogos de RPG fossem regidos por classificação etária e para que os títulos Iluminati, Demônio - A Divina Comédia, além de Vampiro: a Máscara, fossem proibidos. O pedido de proibição foi indeferido após alegação de insuficiência de provas que constatassem agentes nocivos do jogo à personalidade de crianças e adolescentes. Porém, em 2005, o jogo foi novamente ligado a um assassinato e o pedido de proibição foi reiterado. Em 2015, o Ministério da Justiça liberou a síntese de classificação indicativa.

pedido da família pela volta da tramitação. Em 21 de novembro, surgem novas pistas sobre o caso. Em um lote vago próximo ao cemitério, são encontradas uma camiseta, uma calça jeans e um bisturi.

Na mesma época, o vigia do cemitério alega em depoimento que uma cova foi aberta no dia anterior ao crime, dando a entender que o assassinato havia sido premeditado. Em dezembro, os quatro estudantes foram denunciados por homicídio triplamente qualificado, com os agravantes motivo torpe, meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima. A promotoria concluiu que a morte se deu em consequência de uma série de fatores: uso de drogas, sexo, jogo e ritual satânico. Em 30 de dezembro é expedido novamente um mandado de prisão contra Edson, Camila, Cassiano e Maicon, mas, por força de *habeas corpus*, eles são liberados. A previsão era de que o caso fosse a júri popular em 2006. Entretanto, isso só aconteceu três anos depois.

Em julho de 2009, finalmente o caso Aline é encerrado. Durante 45 horas de um julgamento que se estendeu por cinco dias, a defesa refutou a acusação em três eixos: 1) desqualificar a denúncia, por não apontar a participação de cada acusado no crime; 2) desqualificar a investigação policial, pela não realização de todas as perícias necessárias; 3) desmontar a tese de que a morte decorreu de ritual.

Após discutirem, os sete jurados concluíram que Camila Dolabella Silveira, Edson Poloni Lobo de Aguiar, Cassiano Inácio Garcia e Maicon Lopes Fernandes deveriam ser absolvidos da acusação de homicídio qualificado contra Aline Silveira Soares. O júri popular, segundo o jornal Folha de São Paulo, indicou que as investigações não foram capazes de definir qual foi a atuação específica de cada acusado no crime e, por isso, não caberia culpá-los pelo delito. A promotora admitiu que lacunas na investigação foram decisivas para a absolvição dos acusados.

Em entrevista ao jornal *O Tempo* pouco antes do julgamento, Cassiano e Edson alegaram que a acusação foi fundada em uma ideia fantasiosa do delegado e que a mídia alimentou essa narrativa. A superexposição dos suspeitos (sem provas sobre o envolvimento no crime) estigmatizou os estudantes. “Quem vai querer deixar nas minhas mãos a imagem e a identidade de uma empresa sendo que a minha imagem está toda, desculpa a palavra, cagada (sic), graças a imprensa marrom que existe por aí?”, questionou Edson. Os advogados informaram aos “agora” inocentes que eles poderiam impetrar pedido de indenização alegando que tiveram as reputações prejudicadas ao longo do processo.

3. Comunidade vs estudantes

A relação entre moradores de Ouro Preto e os estudantes da universidade, vindos de outras partes do país, é marcada por estranhamentos. Sendo a cidade tradicionalmente religiosa, onde o catolicismo tem profunda influência dos costumes socioculturais, a população flutuante, majoritariamente jovem, é vista algumas vezes como desordeira. Por outro lado, alguns estudantes de fato não respeitam a dinâmica da cidade e veem o local apenas como um lar temporário.

Em outubro de 2001, o jornal semanal ouropretano *O Liberal*, ao noticiar o Caso Aline, imprimiu fortes opiniões a respeito da Festa do Doze: “Aline Soares tinha vindo com duas parentes de sua idade para a tão badalada festa que, de alguns anos pra cá, extrapolou seus verdadeiros motivos e significados para se transformar em arruaça generalizada”⁸.

Por acontecer na maioria das repúblicas federais simultaneamente, o Doze altera a dinâmica da cidade por, pelo menos, quatro ou cinco dias. Esse desconforto aliado a indícios de drogas, álcool e sexo no caso, que caracterizam o estereótipo de uma juventude libertina, em nossa opinião, contribuiu para fortalecer a tese de que os estudantes da Sonata teriam ligação com o crime.

À época, o crime sensibilizou a comunidade ouropretana. Além das instâncias policial e judiciária, interessadas em encontrar os culpados, uma figura da cidade foi uma das principais vozes a pedir justiça. O padre José Feliciano da Costa Simões, então administrador da paróquia à qual a igreja das Mercês pertence, tornou-se um porta-voz da sociedade civil. O sacerdote movimentou os fiéis para que pressionassem a polícia e o poder judiciário a encerrar o caso, acreditando que a culpa de Camila e dos moradores da Sonata estava mais do que clara.

Em reportagem veiculada pelo jornal Estado de Minas no dia 11 de outubro de 2002, o padre concedeu entrevista ao periódico: “É inaceitável que o crime ainda não tenha sido esclarecido. Existem *indícios fortes contra um grupo de pessoas* (grifo nosso) que estiveram com Aline. As autoridades locais estão sendo incompetentes. A Universidade Federal de Ouro Preto tem de se responsabilizar pela Festa do Doze sim, para evitar que Ouro Preto continue sendo achincalhada. A prefeitura também não pode se omitir. É uma questão de

⁸ Resultado da “Festa do Doze”: uma morte. **O Liberal**, Ouro Preto, out. 2001. Seção Justiça & Polícia.

honra. Temos que exigir responsabilidade dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A cidade virou terra de ninguém”, declarou.

O crime trouxe consequências aos ouropretanos. Na época do fato, a Igreja determinou que o templo e o cemitério das Mercês deveriam ser dessacralizados, ou seja, deveriam ser considerados, até segunda ordem, locais inapropriados para os rituais católicos. A determinação exigiu ainda que os locais permanecessem fechados até que os responsáveis fossem presos e punidos pelo assassinato. Em 2003, a igreja e o cemitério voltaram a funcionar parcialmente graças a uma decisão das autoridades religiosas, considerando que os culpados (Camila, Edson, Cassiano e Maicon) já haviam sido encontrados. Ainda hoje, o cemitério só é aberto em ocasiões muito específicas.

4. Sensacionalismo e *Fait Divers*

Segundo Angrimani (1994), “sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento.[...] É a produção do noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato.” (ANGRIMANI, 1994, p. 16). À luz desse conceito, é possível constatar que na cobertura do EM emergem signos que ultrapassam a realidade, tornando sensacional aquilo que à princípio não o era (Ibid., p.16). A maneira como o RPG aparece nas reportagens vinculado a uma aura de mistério e enigma aciona a curiosidade do leitor. O uso recorrente de termos como macabro, satânico, magia negra e vampirismo na cobertura é um “exagero linguístico e semântico” (ANGRIMANI, 1994, p.14), recurso muito utilizado em narrativas sensacionalistas.

Durante a cobertura o EM se pautou no RPG como principal motivador do crime, uma vez que os avanços no inquérito policial também corroboravam essa tese. A insistência em cobrir o caso Aline, a nosso ver, é em uma primeira camada resultado da impossibilidade de se encontrar com agilidade um culpado mais a peculiaridade de se ter um jogo como o RPG na trama, o que configura o acontecimento como um *fait divers*, bastante propício a uma abordagem sensacionalista. Para Roland Barthes, a principal característica do *fait divers* é:

ser uma informação total ou mais exatamente imanente; ele contém em si todo o seu saber: não é necessário conhecer nada no mundo para consumir um *fait divers*; ele não remete formalmente a nada além dele próprio; evidentemente, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinatos, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, a sua história, a sua alienação, aos seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos. (BARTHES, 1964, p.1)

Dessa maneira, fica evidente que manchetes como “‘Vampiro’ estimulou assassinato de Aline” se enquadram na categoria proposta por Barthes. As circunstâncias misteriosas em que o crime ocorreu - segundo os policiais, baseado no livro *Vampiro: a máscara* - são largamente exploradas na manchete. Essa visão pode ser percebida também em títulos como “Estudante confirma prática de ritual”, “Suspeita de ritual satânico jura inocência”, “Trama macabra tem primeira prisão”, “Polícia associa cultos satânicos a homicídios” e “Jogo pode estar por trás de morte”.

O uso recorrente desses mecanismos linguísticos criam um enredo fantasioso e cinematográfico, quase de terror. E parafraseando Monestier (1982), o caso de Aline se torna muito mais interessante porque mostra qualquer coisa de ilógico, que faz desse homicídio um crime anormal.

4.1. Os especiais

Para dimensionar a importância que o Estado de Minas creditou ao caso, foram analisados dois especiais a que tivemos acesso durante o recolhimento do material. Em 13 de abril de 2003, o EM veiculou a reportagem especial *Vida e morte de Aline*, cuja linha fina era “Diário revela sonhos e angústias da adolescente assassinada durante a festa do Doze, em Ouro Preto, há cerca de um ano e meio, em possível ritual de magia negra”. A reportagem se propôs a revelar o conteúdo do diário de Aline. O recorte é desenhado pelos tópicos “Desespero”, “Virgindade” e “Impunidade”. Na análise, vamos nos valer dois primeiros tópicos.

No primeiro deles, a repórter conta que Aline, antes de morrer, presenteou a sua mãe com o livro *Quando chega a hora*, de Zíbia Gaspareto. Em declaração, a mãe da vítima afirma: “Acredito que ela estava me preparando para a perda”. Uma ilustração em uma das páginas do diário é conectada pela repórter às circunstâncias em que Aline foi assassinada. Neste tópico, a reportagem cria indícios de possíveis premonições de Aline sobre a própria morte.

O especial *Vida e morte de Aline* transita entre a tentativa frustrada de humanização da vítima e a espetacularização do crime. Ao revelar o conteúdo do diário, item de registro íntimo, pessoal e caracterizado como secreto, a reportagem tempera a curiosidade do leitor. Lançando mão do conceito de sensacionalismo proposto por Marcondes Filho (1986, apud

ANGRIMANI, 1994), entende-se que a reportagem “não se presta a informar, muito menos a formar. Presta-se básica e fundamentalmente a satisfazer as necessidades instintivas do público, por meio de formas sádica, caluniadora e ridicularizadora das pessoas.”

No segundo tópico, a narrativa se desenvolve em torno da virgindade de Aline e do seu suposto desejo de perdê-la com um rapaz por quem se apaixonou no seu último aniversário. A repórter também condensa, neste mesmo box, assuntos de outra ordem, como o consumo de álcool e drogas pela jovem.

Ora, adentrar a intimidade de Aline, vasculhando o seu diário, poderia até ser uma atitude bem intencionada, considerando o intuito de descobrir quem foi a jovem que teve seus sonhos interrompidos em um crime brutal. Entretanto, as informações angariadas dispõem de elementos que remetem a associações perigosas - como o crime e o uso de álcool e drogas pela jovem, contribuindo para forjar uma personalidade que, de alguma maneira, justifique a morte da vítima. Entendemos aqui que o crime, a vida sexual de Aline e o uso de drogas, além de uma associação infeliz, não têm caráter informacional.

O outro especial foi veiculado em 29 e 30 de maio de 2005. As reportagens formavam uma série denominada *Crimes Macabros*, que foi dividida em quatro partes. No primeiro capítulo, o caso de Aline é apresentado junto a outros crimes supostamente motivados pelo RPG no Espírito Santo. Na parte 2, *Terras Satânicas*, a narrativa explora a aura de mistério que, de acordo com o especial, historicamente ronda Ouro Preto. A matéria sugere que a mesma aura pode ser encontrada no Espírito Santo. O capítulo 3, *Perfil Exótico*, traça um perfil de jogadores de RPG e tenta enquadrar os suspeitos do caso Aline nesta categoria. Por fim, a parte 4, *Esforço pela Punição*, traz a cronologia do crime até 2005 e reforça a impunidade dos assassinos.

Percebe-se a tendência no especial em propor uma ligação entre o Caso Aline e outros crimes supostamente motivados pelo RPG, de modo que isso se estende: à criação de uma atmosfera misteriosa comum entre Ouro Preto e o Espírito Santo; à tentativa de incriminar os suspeitos, mapeando proximidades geográficas entre outros atores de crimes parecidos no estado capixaba; à criação de um perfil de rpgista para, nele, emoldurar os suspeitos.

Ao final, a impressão que se tem é de que o RPG formaria uma espécie de rede, em que os sujeitos envolvidos nos crimes e os lugares onde ocorreram estão misteriosamente ligados. Portanto, além de sentenciar os suspeitos do Caso Aline, a série de reportagens mobiliza a todo momento o bizarro e o misterioso.

Para além da *estrutura narrativa de fait divers* (DION, 2007), vale destacar o design gráfico que mistura ilustrações de crânios, coroas de espinhos e rosas. E, em particular, o 4º capítulo traz uma foto da mãe de Aline cujo segundo plano é uma ilustração da vítima com asas, emergindo de uma fonte de luz. Como destaca Pedroso (1983, apud ANGRIMANI, 1994), o exagero gráfico também é uma característica forte do sensacionalismo.

5. A vítima; a bruxa

O que o uso reiterado do sensacionalismo fundado, sobretudo, na transformação de um homicídio em *fait divers* constrói de sentidos na cobertura do caso Aline? A cobertura revela a insistência em investir em signos como a sexualidade da vítima; o macabro e o nebuloso; os rituais pagãos; a aura sobrenatural que rondaria Ouro Preto; os desvios de comportamento de Aline. A reiteração e a combinação desses signos permite vislumbrar uma cobertura sensacionalista que constrói a imagem de Aline não como vítima de homicídio, mas como personagem em uma versão contemporânea de caça às bruxas.

Em seu extenso estudo sobre a perseguição às bruxas no período de acumulação primitiva do capitalismo, *O Calibã e a Bruxa*, Silvia Federici (2017) traça a relação entre a caça às bruxas, a ascensão do capitalismo e a perda progressiva de direitos das mulheres, associada ao crescimento da misoginia no patriarcado. "A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob controle do Estado e transformados em recursos econômicos" (FEDERICI, 2017, p. 305). Na contemporaneidade, a caça às bruxas levada a cabo pela Igreja e pelo Estado, associados, pode não ter mais a função formativa que teve no momento inicial do capitalismo, mas tem sido utilizada ao longo do tempo como tropo em representações acerca de mulheres. Atuam como maneira de controlar corpos e feminilidades das mulheres e estabelecer os limites da ação delas na esfera pública, confinando-as cada vez mais à esfera privada e sob estritas fronteiras de possibilidade, funções que já vêm sendo exercidas desde os séculos XII e XIII, e que continuam sendo exercidas com a permanência e a insistência da cultura patriarcal em trazer o tropo à tona.

No estudo de Federici, ela apresenta alguns marcadores que a caça às bruxas possuía e que, a nosso ver, são retomados na cobertura do homicídio de Aline. A primeira delas é a

condenação das reuniões entre mulheres, ou entre sujeitos desviantes, classificando-as todas como sabá. A insistência no ritual macabro, condenável segundo os valores morais/religiosos da sociedade, em diversas matérias, é indicativo disso. Na reportagem “Polícia associa cultos satânicos a homicídios”, por exemplo, temos o seguinte abre: ”Satanismo e rituais macabros estão atraindo muita gente, principalmente jovens de 17 a 25 anos, a um perigoso universo, onde o imaginário e o real costumam se misturar, com um desfecho trágico: pessoas assassinadas”. Nesse contexto de cobertura, o RPG surge como seita pagamista ou herética que fere as normas sociais gerais, ou que simplesmente escapa à compreensão mais geral. As reuniões de mulheres nunca foram bem vistas ao longo da história, ainda mais quando se tratam de coletividades consideradas desviantes, conforme Perrot (2007).

Na série de especiais *Crimes Macabros*, o capítulo “*Perfil exótico*”, veiculado em 29 de maio de 2005, traça uma espécie de personalidade a partir de características recorrentes em jogadores de RPG que se envolveram em crimes. A tentativa é de enquadrar os suspeitos do caso Aline no estereótipo. Segundo o especial, rpgistas são pessoas tímidas ou retraídas, pouco sociáveis, inteligentes e estratégicas. Camila se enquadraria perfeitamente nessa representação. Segundo o primo Ralph Silveira, a garota era problemática, mas muito inteligente. Por sua vez, Cassiano, Maicon e Edson foram retratados na reportagem como “pessoas que não se relacionavam com os vizinhos da república Sonata. [...] Os três não costumavam sair de casa durante o dia. Eram vistos circulando somente à noite”.

Em outro capítulo, lemos que Camila supostamente “passava dias trancada no quarto e noites inteiras nas ruas, praias e cemitérios do Espírito Santo, incorporando diferentes personagens do jogo”. Segundo a reportagem, Camila “morou no mesmo quarteirão em que viveu a família mineira sacrificada durante a partida de RPG. Camila e Thiago Guedes, filho do casal assassinado, também estudaram na mesma escola”. Neste capítulo, a narrativa cria uma conexão entre os crimes envolvendo RPG ocorridos no Espírito Santo e os três acusados do caso Aline que são capixabas: Edson, Liliane e Camila. Ao mesmo tempo, alude a uma rede paralela de agrupamentos sociais à margem da esfera pública que mereceria desconfiança.

O ambiente do sabá é reforçado pela aura que cerca Minas Gerais. Vera França (1998) destaca que, no imaginário popular, a mineiridade envolve, dentre outras características, “uma dose de misticismo, uma religiosidade rústica, alimentada pelo culto dos santos, pelo sobrenatural, o gosto pelos rituais” (FRANÇA, 1998, p.73). Nesse sentido, o mistério e

desafio à religiosidade, materializados no rito “satânico” do RPG em Ouro Preto - uma das cidades mais tradicionais e religiosas do estado, constituem um elemento a mais para a consolidação da narrativa de um *fait divers*.

Outro marcador do tropo da caça às bruxas diz respeito ao controle da sexualidade das mulheres. Com efeito, a caça às bruxas dos séculos XIV a XV, sobretudo, tinha um objetivo menos religioso. Focava-se nos corpos femininos para tentar regular a sexualidade e as capacidades reprodutivas das mulheres (punindo severamente os abortos, reforçando o papel da mãe) e, com isso, conter a crise populacional que se abateu sobre a Europa, ameaçando a consolidação do capitalismo. Também buscava deslegitimar os saberes das mulheres relativos ao parto, ao controle de natalidade, ao puerpério. Com esse fim, de criar uma feminilidade maternal e fecunda, contida dentro da esfera privada, na família nuclear burguesa, as mulheres desviantes - prostitutas, viúvas, mendigas, andarilhas, curandeiras, parteiras, benzedoras, revolucionárias, hereges - eram perseguidas, presas, torturadas, desmembradas, jogadas à fogueira.

A cobertura do homicídio de Aline certamente ergue e acende uma fogueira para puni-la simbolicamente, para queimar a mulher que desviou, a bruxa, ao ressaltar aspectos da sexualidade da vítima que desviam do modelo de comportamento e feminilidade esperados a uma jovem e que, portanto, justificariam sua morte. Ela teria consumido bebidas; se envolveu em um ritual de sexo; participou de jogos macabros de RPG; viajou com uma amiga para o "Doze", uma festa conhecida pelo comportamento sexual liberal. Ao mesmo tempo que enquadra Aline como bruxa, o *EM* executa, na cobertura, a caça, assassinando novamente Aline: não seu corpo físico, mas o imaginário construído sobre a jovem.

6. Sensacionalismo patriarcal

O homicídio de Aline Soares não pode ser classificado como feminicídio porque não se tem todos os elementos para dizermos se ela foi assassinada devido à condição de mulher. Mas a cobertura realizada pelo *EM* se utiliza da alta voltagem do sensacionalismo - ao insistir tanto por via textual quanto visual (principalmente nas grandes reportagens) no suposto caráter sobrenatural, misterioso, macabro do crime - para construir uma cobertura que a assassina simbolicamente, aí sim, por ser mulher. E por, sendo mulher, ter desviado de um

padrão hegemônico de feminilidade que, no patriarcado, se apoia no controle do corpo da mulher e de sua sexualidade.

As práticas e discursos, dentre as quais o jornalismo, "são constituídos de gênero, produzem relações de poder e estão fundados no padrão normativo hegemônico vigente" (SILVA, 2014, p. 93). Márcia Veiga da Silva também lembra as sanções sociais impostas a quem é percebido como transgressor das normas quando diagnostica, a partir de Guacira Lopes Louro, que o jornalismo, como ademais as outras instituições que lidam com o conhecimento (como a escola), é masculino, visto que lida com o conhecimento. E o conhecimento tem sido produto histórico dos homens - dos homens brancos heteronormativos, em geral.

Assim, não são apenas os procedimentos e técnicas jornalísticas que são profundamente atravessados por relações de gênero e poder. O discurso jornalístico se funda no conhecimento patriarcal, que precisa conter as mulheres, seus corpos e seus saberes para manter suas estruturas de poder. Coberturas como a do assassinato de Aline Soares ao mesmo tempo que refletem a concepção misógina sobre os corpos das mulheres ajuda também no processo contínuo de configuração desse discurso jornalístico patriarcal.

No caso do *EM*, o que espanta é que o caso - nas esferas policial e jurídica - não chegou a uma verdade (da lei, do Estado), mas a cobertura jornalística produz um juízo de verdade fundado na natureza masculina do jornalismo. Valendo-se do sensacionalismo e do *fait divers* como ferramentas, o jornal produz uma "verdade" de uma vítima que mereceria morrer, porquanto desviante, e a respeito da qual ergueu-se uma fogueira discursiva para queimá-la simbolicamente, após a morte de seu corpo.

Referências bibliográficas

ANGRIMANI, Danilo. Sensacionalismo na comunicação. In: *Espreme que sai sangue*. São Paulo: Summus, 1994.

BARTHES, Roland. A estrutura do fait divers. Tradução: Artur Araújo. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3108/2383>>. Acesso em 19 ago. 2017.

DION, Sylvie. O “fait divers” como gênero narrativo. *Letras - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*, v. 34, p. 123-131, 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11944>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FRANÇA, Vera. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 1998.

LELO, Thales. Nas tessituras do jornalismo e da vida cotidiana: interlocuções entre fontes de informação e repórteres na experiência pública. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

SALES, Matheus. RPG (Role-Playing Game); Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/rpg.htm>>. Acesso em 21 de agosto de 2017.

SILVA, Márcia Veiga da. *Masculino, o gênero do jornalismo*. Modo de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

O TEMPO. Contagem: Grupo Editorial Sempre Editora, [2009].

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Grupo Folha, [2009].

O LIBERAL. Ouro Preto, [2001].

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, [2001-2006].